

RB Capital Logístico Fundo de Investimento Imobiliário – FII

CNPJ (35.652.227/0001-04)

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM)

CNPJ (59.281.253/0001-23)

**Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e à Administradora do

RB Capital Logístico Fundo de Investimento Imobiliário – FII

Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (“Administradora do Fundo”)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do RB Capital Logístico Fundo de Investimento Imobiliário – FII (“Fundo”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do RB Capital Logístico Fundo de Investimento Imobiliário – FII em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de Investimento Imobiliário.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções

significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Fundo.

Aplicações em cotas de fundo de investimento imobiliário

Em 30 de junho de 2022, a carteira de investimento em cotas de fundo de investimento imobiliário, no montante de R\$ 27.720 mil, representava 41,94% do patrimônio líquido do Fundo. Devido à materialidade em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, a carteira de investimentos em cotas de fundo de investimento imobiliário foi considerada um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de existência, titularidade e valorização dos investimentos em cotas de fundo de investimento imobiliário incluíram, entre outros, a comparação dos preços unitários utilizados pela Administradora com cotações de mercado, análise dos volumes de negociação das cotas dos fundos investidos com cotações na B3 e a conciliação da posição de investimento com o extrato do órgão custodiante, analisando se tais relatórios conferem a propriedade dos ativos ao Fundo. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto incluídas na nota explicativa 5.2 (b).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das aplicações em cotas de fundo de investimento imobiliário do Fundo para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Aplicações em certificados de recebíveis imobiliários – CRIs

Em 30 de junho de 2022, a carteira de investimentos em certificados de recebíveis imobiliários no montante de R\$ 23.924 mil representava 36,19% do patrimônio líquido do Fundo. Consideramos este como um principal assunto de auditoria pois o investimento em certificados de recebíveis imobiliários envolve risco de crédito da contraparte e de liquidez, além do fato de sua precificação utilizar técnicas de valorização que envolvem grau significativo de julgamento e estimativa.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de existência e valorização dos investimentos em certificados de recebíveis imobiliários incluíram, entre outros, a avaliação da adequação dos procedimentos adotados para análise do risco de crédito dos certificados de recebíveis imobiliários; o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise do valor justo dos investimentos através da valorização dos ativos com base em dados obtidos de mercado; verificação da liquidação financeira durante o período das aquisições, vendas, amortizações e recebimentos de cupom, bem como o confronto da carteira de investimentos com o extrato do órgão custodiante dos ativos. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto incluídas na nota explicativa nº 5.2 (a) às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para a carteira de investimentos em certificados de recebíveis imobiliários, que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administradora do Fundo são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Propriedade para investimento

Em 30 de junho de 2022, o Fundo possuía propriedade para investimento mensuradas a valor justo no montante de R\$ 17.319 mil, que representava 26,20% do seu patrimônio líquido. A determinação do valor justo da propriedade para investimento foi considerada um principal assunto de auditoria pela representatividade desse ativo em relação ao patrimônio líquido do Fundo, pela complexidade da metodologia de mensuração utilizada e pelo alto grau de julgamento na determinação das premissas adotadas na valorização da propriedade para investimento, conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras. A Administradora do Fundo contrata especialistas externos para avaliação da propriedade para investimento ao menos uma vez ao ano, e é utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado (FCD).

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão da metodologia e do modelo utilizado na mensuração do valor justo da propriedade para investimento, incluindo a razoabilidade das premissas utilizadas. Analisamos a exatidão dos dados sobre a propriedade para investimento fornecidos pela Administradora do Fundo ao avaliador externo e utilizados na mensuração. Revisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e metodologia selecionadas, além de avaliar a objetividade e competência do avaliador externo contratado pela Administradora do Fundo e realizamos a análise da matrícula do imóvel a fim de corroborarmos a existência da unidade e analisarmos os contratos de locação para averiguarmos o nível de vacância utilizado na avaliação do imóvel. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento do modelo com suas oscilações. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo da propriedade para investimento, que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, consideramos que os critérios e premissas de valor justo adotados pela Administradora do Fundo estão adequados, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Distribuição de rendimentos aos cotistas

Os rendimentos destinados à distribuição aos cotistas do Fundo, de acordo com o art. 10 da Lei 8.668/93, devem levar em consideração a base de cálculo descrita no Ofício-Circular CVM nº 1/2014. Consideramos o cálculo deste montante como um principal assunto de auditoria uma vez que a base de cálculo mencionada anteriormente deve ser ajustada pelas adições e/ou exclusões considerando as obrigações incorridas e a incorrer pelo Fundo, e submetida à apreciação dos cotistas em Assembleia, conforme Ofício-Circular CVM nº 1/2015.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a verificação da exatidão matemática do cálculo de distribuição de rendimentos preparado pela Administradora do Fundo e análise de sua conformidade ao Ofício-Circular CVM nº 1/2014. Confrontamos as principais adições e exclusões incluídas na base de cálculo com as documentações de suporte providas pela Administradora do Fundo e analisamos também os controles de gerenciamento de liquidez da Administradora para o Fundo, considerando sua capacidade de honrar com suas obrigações

presentes de desembolsos de caixa futuros, e consequentes ajustes na base de cálculo das distribuições. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto incluídas na nota explicativa nº 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo da distribuição dos rendimentos ao cotista, que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, consideramos aceitáveis os critérios utilizados pela Administradora do Fundo para os cálculos de distribuição de rendimentos ao cotista do Fundo derivadas da base de cálculo descrita no Ofício-Circular CVM nº 1/2014 para suportar a base de cálculo e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administradora do Fundo sobre as demonstrações financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento Imobiliários e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela a Administradora do Fundo.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de setembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

RB Capital Logístico Fundo de Investimento Imobiliário – FII**CNPJ: 35.652.227/0001-04****(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)****Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 2021**

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	30/06/2022	% do PL	30/06/2021	% do PL
Circulante					
Aplicações financeiras					
De natureza não imobiliária					
Cotas de fundo de renda fixa	5.1	828	1,25%	1.501	2,21%
De natureza imobiliária					
Certificados de recebíveis imobiliários	5.2 (a)	2.993	4,53%	2.945	4,35%
Cotas de fundo de investimento imobiliário	5.2 (b)	27.720	41,94%	30.572	45,11%
Contas a receber					
Aluguéis a receber		126	0,19%	-	0,00%
Adiantamento para aquisição de imóveis	20.4	327	0,49%	327	0,48%
Outros créditos		11	0,02%	4	0,01%
		32.005	48,42%	35.349	52,16%
Não Circulante					
Realizável ao longo prazo					
Aplicações financeiras					
De natureza imobiliária					
Certificados de recebíveis imobiliários	5.2 (a)	20.931	31,66%	21.299	31,43%
		20.931	31,66%	21.299	31,43%
Investimento					
Propriedade para investimento					
Imóvel acabado		14.900	22,54%	14.900	21,99%
Obras em andamento		3.255	4,92%	-	0,00%
Ajuste de avaliação ao valor justo		(836)	-1,26%	-	0,00%
	6	17.319	26,20%	14.900	21,99%
Total do ativo		70.255	106,28%	71.548	105,58%
Passivo	Nota	30/06/2022	% do PL	30/06/2021	% do PL
Circulante					
Rendimentos a distribuir	11	1.133	1,71%	807	1,19%
Provisões e contas a pagar		107	0,16%	61	0,09%
Obrigações por aquisição de imóvel	10	-	0,00%	647	0,95%
		1.240	1,88%	1.515	2,24%
Não Circulante					
Exigível ao longo prazo					
Obrigações por aquisição de imóvel	10	2.913	4,41%	2.266	3,34%
		2.913	4,41%	2.266	3,34%
Total do passivo		4.153	6,28%	3.781	5,58%
Patrimônio líquido					
Cotas de investimentos integralizadas	12.1	81.965	124,00%	81.965	120,95%
Amortização de cotas	12.3	(15.998)	-24,20%	(15.998)	-23,61%
Gastos com colocação de cotas	12.4	(938)	-1,42%	(924)	-1,36%
Lucros (prejuízos acumulados)		1.073	1,62%	2.724	4,02%
Total do patrimônio líquido		66.102	100,00%	67.767	100,00%
Total do passivo e patrimônio líquido		70.255	106,28%	71.548	105,58%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB Capital Logístico Fundo de Investimento Imobiliário – FII
CNPJ: 35.652.227/0001-04

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Demonstrações do resultado do exercício findo em 30 de junho de 2022 e período de 10 de julho de 2020 (data de início de suas atividades) a 30 de junho de 2021

Em milhares de Reais, exceto lucro líquido e valor patrimonial da cota

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Receitas de propriedade para investimento			
Receitas de aluguéis	9	1.229	150
		1.229	150
Custo de propriedade para investimento			
Ajuste ao valor justo de propriedade para investimento	6	(836)	-
		(836)	-
Resultado líquido de propriedade para investimento		393	150
Ativos financeiros de natureza imobiliária			
Receita de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	5.2 (a)	4.542	5.487
Resultado em transações de certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	5.2 (a)	35	-
Ajuste ao valor justo de certificados de recebíveis imobiliários (CRI's)	5.2 (a)	(241)	-
Rendimentos de cotas de fundo de investimento imobiliário (FIIs)	7	2.282	2.246
Resultado em transações de cotas de fundo de investimento imobiliário (FII)	5.2 (b)	5	-
Ajuste ao valor justo de cotas de fundo de investimento imobiliário (FIIs)	5.2 (b)	(1.953)	1.982
Despesas de IRPJ de cotas de fundo de investimento imobiliário (FII)		(1)	
Resultado líquido de atividades imobiliárias		4.669	9.715
Outros ativos financeiros			
Resultado com cotas de fundo de renda fixa		96	132
Receitas com operações compromissadas		-	2
Despesas de IR sobre resgates de títulos de renda fixa		(20)	(29)
		76	105
Receitas (despesas) operacionais			
Taxa de administração - Fundo	8 e 14	(568)	(452)
Taxa de fiscalização da CVM	14	(14)	(11)
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(129)	(56)
		(711)	(519)
Lucro líquido do exercício/período		4.427	9.451
Quantidade de cotas integralizadas	12.1	640.199	640.199
Lucro líquido por cota integralizada - R\$		6,92	14,76
Valor patrimonial da cota integralizada - R\$		103,25	105,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB Capital Logístico Fundo de Investimento Imobiliário – FII**CNPJ: 35.652.227/0001-04****(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 30 de junho de 2022 e período de 10 de julho de 2020 (data de início de suas atividades) a 30 de junho de 2021**

Em milhares de Reais

	<u>Nota</u>	<u>Cotas de investimentos integralizadas</u>	<u>Amortização de cotas</u>	<u>Gastos com colocação de cotas</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Cotas de investimentos integralizadas em 10 de julho de 2020	12.1	81.965	-	-	-	81.965
Amortização de cotas de investimento integralizadas	12.3	-	(15.998)	-	-	(15.998)
Gastos com colocação de cotas	12.4	-	-	(924)	-	(924)
Lucro líquido do período		-	-	-	5.351	5.351
Rendimentos apropriados	11	-	-	-	(2.627)	(2.627)
Em 30 de junho de 2021		81.965	(15.998)	(924)	2.724	67.767
Gastos com colocação de cotas	12.4	-	-	(14)	-	(14)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.427	4.427
Rendimentos apropriados	11	-	-	-	(6.078)	(6.078)
Em 30 de junho de 2022		81.965	(15.998)	(938)	1.073	66.102

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB Capital Logístico Fundo de Investimento Imobiliário – FII**CNPJ: 35.652.227/0001-04****(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ:****59.281.253/0001-23)****Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto) do exercício findo em 30 de junho de 2022 e do período de 10 de julho de 2020 (data de início de suas atividades) a 30 de junho de 2021**

Em milhares de Reais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de receitas de aluguéis	1.103	150
Pagamento de taxa de administração - Fundo	(531)	(427)
Pagamento de taxa de fiscalização da CVM	(20)	(11)
Outros recebimentos (pagamentos) operacionais	(122)	(23)
Pagamento (compensação) de IR s/ resgate de títulos de renda fixa	(20)	(29)
Caixa líquido das atividades operacionais	410	(340)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Rendimentos de cotas de fundo de renda fixa	96	132
Venda de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	1.500	-
Recebimento de juros e atualização monetária de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	3.156	609
Aquisição de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	-	(23.466)
Aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliário (FIIs)	-	(44.588)
Venda de cotas de fundos de investimento imobiliário (FIIs)	904	15.998
Recebimento de rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliário (FIIs)	2.282	2.246
Aquisição de imóveis para renda (custas de registros e outros)	-	(11.986)
Pagamento de benfeitorias em imóveis para renda	(3.255)	-
Pagamento de adiantamento de obras em imóveis para renda	-	(327)
Caixa líquido das atividades de investimento	4.683	(61.382)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas de investimentos integralizadas	-	81.965
Pagamento de gastos com colocação de cotas	(14)	(924)
Amortização de cotas de investimento integralizadas	-	(15.998)
Rendimentos distribuídos	(5.752)	(1.820)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(5.766)	63.223
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(673)	1.501
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício/período	1.501	-
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício/período	828	1.501

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2022 e período de 10 de julho de 2020 (data de início de suas atividades) a 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando mencionado o contrário

1. Contexto operacional

O RB Capital Logístico Fundo de Investimento Imobiliário – FII (“Fundo”), administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, foi constituído, sob forma de condomínio fechado, em 6 de julho de 2020, com prazo de duração indeterminado, nos termos da Instrução CVM nº 571 de 25 de novembro de 2015 que alterou a Instrução CVM nº 472 de 31 de outubro de 2008, e início de suas atividades em 10 de julho de 2020.

O objetivo do Fundo é a obtenção de renda e ganho de capital, a serem obtidos mediante investimento diretamente ou indiretamente, inclusive via aquisição de cotas de outros fundos de investimento imobiliário, em Imóveis e/ou em direitos reais sobre imóveis (“Ativos Alvo”), preferencialmente do segmento logístico e/ou industrial, por meio de aquisição para posterior alienação, locação, arrendamento ou exploração do direito de superfície, inclusive bens e direitos a eles relacionados.

A gestão de riscos da Administradora tem suas políticas aderentes às práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelos órgãos reguladores. Os principais riscos associados ao Fundo estão detalhados na Nota 4.

O Fundo possui suas cotas negociadas na B3. As cotas apresentaram os seguintes preços de fechamento no último dia de negociação de cada mês do exercício findo em 30 de junho de 2022:

RBLG11 (Valores expressos em reais)	Preço de fechamento
Julho	100,99
Agosto	100,99
Setembro	101,00
Outubro	97,88
Novembro	88,80
Dezembro	88,00
Janeiro	89,90
Fevereiro	87,17
Março	89,51
Abril	86,99
Maior	86,99
Junho	86,90

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário, seguindo a Instrução CVM 516 e demais orientações e normas contábeis emitidas pela CVM, conforme aplicável.

As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 foram aprovadas pela Administradora do Fundo em 16 de setembro de 2022.

3. Resumo das principais políticas contábeis e critérios de apuração

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes dos ativos e passivos apresentados bem como os montantes de receitas e despesas reportados para o exercício do relatório.

O uso de estimativas se estende às provisões necessárias para valor justo e mensuração de valor recuperável de ativos. Os resultados efetivos podem variar em relação às estimativas.

3.1 Classificação ativos e passivos correntes e não correntes

O Fundo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou (iv) caixa e equivalentes de caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal dentro de 12 meses após o período de divulgação ou (ii) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros

I. Data de reconhecimento

Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

II. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

III. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação.

IV. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

. Disponibilidades: saldos de caixa e depósitos à vista.

. Aplicações financeiras representadas por títulos e valores mobiliários: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.

. Cotas de fundos de investimento: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, com natureza de instrumentos de patrimônio para o emissor.

. Aluguéis a receber: representam as rendas de aluguéis a receber provenientes das propriedades para investimento.

V. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

. Passivos financeiros ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, resultantes de atividades de captação de recursos realizados pelo Fundo.

VI. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

. Obrigações por aquisição de imóveis: representam recursos obtidos com o objetivo de financiar a aquisição de propriedades para investimento, sendo avaliados pelo custo amortizado, consoante a taxa contratada.

b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados da seguinte forma:

I. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados como para negociação são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação.

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

II. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método de taxa efetiva de juros.

A “taxa efetiva de juros” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data de contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com o retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação de juros.

III. Reconhecimento de variações de valor justo

As variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2022 e período de 10 de julho de 2020 (data de início de suas atividades) a 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando mencionado o contrário

3.3 Aplicações financeiras de natureza imobiliária

3.3.1 Cotas de fundos imobiliários

- a) Negociadas na B3 S.A - As cotas de fundos de investimento imobiliários são inicialmente registradas ao custo de aquisição, tendo o seu valor ajustado mensalmente pela variação no valor das cotas dos fundos investidos do último dia útil de cada mês, divulgadas na B3.
- b) Não negociadas na B3 S.A - As cotas de fundos de investimento imobiliários são inicialmente registradas ao custo de aquisição, tendo o seu valor ajustado mensalmente, com base no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo onde os recursos são aplicados.

Os rendimentos são contabilizados em receita quando as cotas correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.

3.3.2 Certificados de recebíveis imobiliários

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários estão demonstradas pelos seus respectivos valores justos, os quais foram obtidos através da metodologia descrita na nota 5.2.(a). A variação no valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, no período em que referida valorização ou desvalorização tenha ocorrido.

3.4 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento estão demonstradas pelos seus respectivos valores justos, os quais foram obtidos através de laudos de avaliação elaborados por entidades profissionais com qualificação reconhecida e formalmente aprovados pela Administradora do Fundo. A variação no valor justo das propriedades para investimento é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, no período em que referida valorização ou desvalorização tenha ocorrido.

3.5 Provisões e ativos e passivos contingentes

O Fundo, ao elaborar suas demonstrações financeiras faz a segregação entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para o Fundo cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.
- Passivos contingentes: passíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Fundo. São reconhecidos no balanço quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perda possível pelos assessores jurídicos e pela administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem divulgação.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de eventos além do controle do Fundo. Não são reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado.

3.6 Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são apropriadas ao resultado segundo o regime contábil de competência.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações financeiras de renda fixa, de curto prazo e alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.8 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Administradora do Fundo efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administradora, podem ser considerados mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos do Fundo, estão descritas a seguir:

I) Valor justo dos instrumentos financeiros: o valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, Bolsa de Valores, são mensurados mediante utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas na nota explicativa 3.2 apresentam, informações detalhadas sobre "classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo".

3.9 Lucro (prejuízo) por cota

O lucro (prejuízo) por cota, apresentado na demonstração de resultado, é apurado considerando-se o lucro (prejuízo) do exercício dividido pelo total de cotas do Fundo integralizadas ao final de cada exercício.

4. Gerenciamento e riscos associados ao Fundo

4.1 Riscos associados ao Fundo

4.1.1 Risco de crédito

Os títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetam as condições financeiras dos emissores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez.

4.1.2 Fatores macroeconômicos relevantes

Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas relevantes, poderão afetar negativamente os preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Cotas, bem como resultar (a) em alongamento do período de amortização de Cotas e/ou de distribuição dos resultados do Fundo ou (b) na liquidação do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, os Cotistas do Fundo, a Administradora e os Coordenadores, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por qualquer razão, ou ainda, (c) caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas, causando os mais diversos impactos sobre os mais diversos setores e segmentos da economia do País. As atividades do Fundo, sua situação financeira e resultados poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- a. taxas de juros;
- b. controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- c. flutuações cambiais;
- d. inflação;
- e. liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- f. política fiscal;
- g. instabilidade social e política; e
- h. outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e o mercado imobiliário. Desta maneira, os acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades do Fundo e os seus resultados, podendo inclusive vir a afetar adversamente a rentabilidade dos Cotistas.

4.1.3 Risco de alteração da legislação aplicável ao Fundo e/ou aos Cotistas

Embora as regras tributárias relativas a fundos de investimento imobiliários estejam vigentes há anos, não existindo perspectivas de mudanças, existe o risco de tal regra ser modificada no contexto de uma eventual reforma tributária. Assim, o risco tributário engloba o risco de perdas decorrente da criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou a revogação de isenções vigentes, sujeitando o Fundo ou seus Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

4.1.4 Riscos jurídicos

Além disso, o Fundo poderá vir a ser parte em demandas judiciais relacionadas aos seus ativos, em especial, mas não se limitando, em relação aos imóveis integrantes de sua carteira, tanto no polo ativo quanto no polo passivo. A título exemplificativo, tais demandas judiciais poderiam envolver eventuais discussões acerca do recebimento de indenização em caso de desapropriação dos imóveis, disputas relacionadas à ausência de contratação e/ou renovação pelos locatários dos imóveis dos seguros devidos nos termos dos contratos de locação e a obtenção de indenização no caso de ocorrência de sinistros envolvendo os imóveis, entre outras. Em virtude da reconhecida morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de eventuais demandas judiciais pode não ser alcançada em tempo razoável, o que pode resultar em despesas adicionais para o Fundo, bem como em atraso ou paralisação, ainda que parcial, do desenvolvimento dos negócios do Fundo, o que teria um impacto na rentabilidade do Fundo.

4.1.5 Risco de mercado

O valor dos Imóveis que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços, cotações de mercado e eventuais avaliações realizadas em cumprimento a regulamentação aplicável e/ou ao Regulamento. Em caso de queda do valor dos imóveis, os ganhos do Fundo decorrente de eventual alienação dos imóveis, bem como o preço de negociação das Cotas no mercado secundário poderão ser adversamente afetados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2022 e período de 10 de julho de 2020 (data de início de suas atividades) a 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando mencionado o contrário

4.1.6 Risco de desvalorização do imóvel

Como os recursos do Fundo destinam-se à aplicação em imóveis, um fator que deve ser preponderantemente levado em consideração com relação à rentabilidade do Fundo é o potencial econômico, inclusive a médio e longo prazo, da região onde estão localizados os imóveis. A análise do potencial econômico da região deve se circunscrever não somente ao potencial econômico corrente, como também deve levar em conta a evolução deste potencial econômico da região no futuro, tendo em vista a possibilidade de eventual decadência econômica da região, com impacto direto sobre o valor dos imóveis e, por consequência, sobre as Cotas.

4.1.7 Riscos relativos às receitas mais relevantes

Os principais riscos relativos às receitas mais relevantes do Fundo são:

(i) Quanto à receita de locação: a inadimplência no pagamento de aluguéis implicará em não recebimento de receitas por parte do Fundo, uma vez que os aluguéis são sua principal fonte de receitas. Além disso, na ocorrência de tais hipóteses o Fundo poderá não ter condições de pagar seus compromissos nas datas acordadas, o que implicaria na necessidade dos Cotistas serem convocados a arcarem com os encargos do Fundo;

(ii) Nos casos de rescisão dos contratos de locação, incluindo por decisão unilateral do locatário, antes do vencimento do prazo estabelecido no seu contrato de locação sem o pagamento da indenização devida, bem como durante o período de vacância do imóvel, as receitas do Fundo poderão ser comprometidas, com reflexo negativo na remuneração do cotista.

4.1.8 Inexistência de garantia de eliminação de riscos

A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas no Fundo. O Fundo não conta com garantias da Administradora ou de terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito, e, consequentemente, aos quais os Cotistas também poderão estar sujeitos. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida. As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os Cotistas podem ser futuramente chamados a aportar recursos adicionais no Fundo além de seus compromissos.

4.1.9 Risco tributário

De acordo com a Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, o fundo de investimento imobiliário que aplicar recursos em empreendimentos imobiliários que tenham como incorporador, construtor ou sócio, cotista que detenha, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele relacionadas, percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) das cotas emitidas pelo Fundo, sujeitam-se à tributação aplicável às pessoas jurídicas, para fins de incidência da tributação corporativa cabível (IRPJ, CSLL, Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e COFINS).

4.1.10 Risco de liquidez

Como os fundos de investimento imobiliário são uma modalidade de investimento ainda em desenvolvimento no mercado brasileiro, onde ainda não movimentam volumes significativos de recursos, seus investidores podem ter dificuldades em realizar transações no mercado secundário. Nesse sentido, o investidor deve observar o fato de que os fundos de investimentos imobiliário são constituídos na forma de condomínios fechados, não admitindo o resgate de suas cotas, senão quando da extinção do Fundo, fator este que pode influenciar na liquidez das cotas quando de sua eventual negociação no mercado secundário.

Mesmo sendo as Cotas objeto de negociação no mercado de bolsa, balcão organizado e não organizado (particular), o investidor que adquirir as Cotas do Fundo deverá estar consciente de que o investimento no Fundo consiste em investimento de longo prazo.

Além disso, o risco de liquidez consiste também na eventualidade do Fundo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos nas datas previstas.

Para o gerenciamento do risco de liquidez, o Fundo mantém um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, monitora diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, mantém aplicações financeiras com vencimentos diários de modo a promover máxima liquidez.

4.2 Gerenciamento de riscos

Os ativos do Fundo envolvem riscos inerentes ao setor imobiliário, de oscilações dos valores dos ativos mobiliários, risco de liquidez, bem como risco de crédito relacionado aos ativos integrantes da carteira do Fundo.

4.2.1 Risco de crédito

A Administradora utiliza na gestão desses riscos, sistemas e métricas para mitigá-los, com acompanhamento de uma equipe competente, contando também com o Comitê de Precificação de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI's e por meio de acompanhamento dos projetos nos empreendimentos investidos e de seus resultados, bem como a supervisão da avaliação dos investimentos em relação aos similares no mercado. Para o gerenciamento do risco de liquidez, o Fundo mantém um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, monitora diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, mantém aplicações financeiras com vencimentos diários de modo a promover máxima liquidez.

4.2.2 Risco de liquidez

Para o gerenciamento do risco de liquidez, o Fundo mantém um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, monitora diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, mantém aplicações financeiras com vencimentos diários de modo a promover máxima liquidez.

4.2.3 Risco de mercado

Os processos e serviços operacionais são interligados e supervisionados por profissionais experientes no mercado financeiro e imobiliário. Além disso, a Administradora é responsável pelo cumprimento das normas, assegurando que as exigências legais e regulatórias são devidamente seguidas, permitindo uma atuação preventiva em relação aos riscos do Fundo.

Apesar dos métodos e processos internos empregados pela Administradora, não há qualquer tipo de garantia de eliminação de perdas aos cotistas.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por:

5.1 De caráter não imobiliário

Cotas do BTG Pactual Tesouro Selic FI RF REF DI

30/06/2022	30/06/2021
828	1.501
828	1.501

Estão compostas por cotas do BTG Tesouro Selic FI RF Referenciado DI, que é administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM. As cotas não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento (liquidez diária). A rentabilidade do BTG Tesouro Selic FI RF Referenciado DI é determinada substancialmente pelo rendimento dos títulos e valores mobiliários investidos cuja carteira está composta de: Títulos públicos federais, Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais e outras aplicações.

5.2 De caráter imobiliário

- (a) Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs
(b) Cotas de fundos de investimento imobiliários - FIs

30/06/2022	30/06/2021
23.924	24.244
27.720	26.472
51.644	50.716
30.713	33.517
20.931	21.299

Circulante
Não circulante

(a) Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs

Certificados de recebíveis imobiliários, classificados como ativos financeiros para negociação, foram emitidos com amortizações mensais de juros, atualização monetária e principal, atualizados mensalmente com taxas efetivas de retorno da operação, apuradas com base nos valores de aquisição e fluxos previstos de amortização de principal e juros. A metodologia utilizada para a marcação a mercado dos Certificados de Recebíveis Imobiliários existentes na carteira na data base está baseada no Manual de Marcação a Mercado da Administradora e considera as taxas praticadas pelos Market Makers desse tipo de valor mobiliário.

Composição da carteira

As aplicações em certificados de recebíveis imobiliários estão compostas como a seguir:

30/06/2022										
Emissor	Ativo	Lastro	Rating de emissão	Classe e Séries	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexador e Taxa de juros	Quantidade em carteira (*)	Valor de curva	Valor justo
Gaia Securitizadora S.A.	21B0527235	(1)	n/a	Série 158	2/10/2021	6/10/2033	IPCA + 9,19%	21.975	24.165	23.924
									24.165	23.924

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2022 e período de 10 de julho de 2020 (data de início de suas atividades) a 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando mencionado o contrário

30/06/2021										
Emissor	Ativo	Lastro	Rating de emissão	Classe e Séries	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexador e Taxa de juros	Quantidade em carteira (*)	Valor de curva	Valor justo
Gaia Securitizadora S.A.	21B0527235	(1)	n/a	Série 158	2/10/2021	6/10/2033	IPCA + 9,1%	23.438	28.344	24.244
									28.344	24.244

As informações sobre os referidos CRI's encontram-se disponíveis nos sites dos respectivos emissores: Gaia Securitizadora S.A. (www.gaiasec.com.br).

Composição por tipo de lastro e devedor

Emissor	Lastro	Devedor	Garantia	30/06/2022	30/06/2021
Gaia Securitizadora S.A.	Contrato de locação	YAZAKI DO BRASIL LTDA.	(a)	23.924	24.244
				23.924	24.244

Legendas

Lastro

(1) - Lastro em Contrato de locação

(*) - Montante de quantidade não está apresentado em milhar.

Regime de Garantias

(a) - Garantia em alienação fiduciária

Movimentação do período/exercício

Saldo em 30 de junho de 2020	-
Aquisição de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	23.466
Receita de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	1.387
Recebimento de juros e atualização monetária de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(609)
Saldo em 30 de junho de 2021	24.244
Venda de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(1.500)
Ajuste ao valor justo de certificados de recebíveis imobiliários (CRI's)	(241)
Receita de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	4.542
Resultado em transações de certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	35
Recebimento de juros e atualização monetária de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(3.156)
Saldo em 30 de junho de 2022	23.924

(b) Cotas de fundos de investimento imobiliários

Cotas em Fundos de Investimentos Imobiliários são classificados como ativos financeiros para negociação e são inicialmente registradas ao custo de aquisição, tendo o seu valor ajustado mensalmente pela variação no valor das cotas dos fundos investidos do último dia útil de cada mês, divulgadas na B3 e para os Fundos que não possuem cotação na B3 o Fundo contabiliza estas aplicações, tendo o seu valor ajustado mensalmente, com base no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo onde os recursos são aplicados." (vide nota 3.3).

Composição da carteira

As aplicações em fundos de investimento imobiliário estão compostas como a seguir:

30/06/2022						
Fundo	Existência de controle	Tipo de ativo investido	Quantidade de cotas detidas (*)	Percentual das cotas detidas	Valor de cota	Total
Parque Anhanguera Fundo de Investimento Imobiliário	Não	(1)	485.378	3,47%	57,11	27.720
						27.720

30/06/2021						
Fundo	Existência de controle	Tipo de ativo investido	Quantidade de cotas detidas (*)	Percentual das cotas detidas	Valor de cota	Total
Parque Anhanguera Fundo de Investimento Imobiliário	Não	(1)	501.180	3,58%	61,00	30.572
						30.572

Legenda

(1) Imóveis comerciais para renda

(*) - Montante de quantidade não está apresentado em milhar.

Movimentação do exercício/período

Aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliário (FIIs)	44.588
Venda de cotas de fundos de investimento imobiliário (FIIs)	(15.998)
Ajuste ao valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliário (FIIs)	1.982
Saldo em 30 de junho de 2021	30.572
Venda de cotas de fundos de investimento imobiliário (FIIs)	(904)
Ajuste ao valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliário (FIIs)	(1.953)
Resultado em transações de cotas de fundos de investimento imobiliário (FII)	5
Ajuste ao valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliário (FIIs)	27.720

6. Propriedades para investimento

6.1 Descrição do empreendimento	Valor justo de 30/06/2022	Valor justo de 30/06/2021
(1) Adquirido em 11 de maio de 2021, o imóvel urbano localizado na Rodovia PA-275, Km 11, n.º 3010, Zona de Expansão Urbana, Parauapebas/PA, objeto da Matrícula n.º 51.239 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Parauapebas/PA. O terreno possui área total de 48.411 m² sendo área construída de 15.865,63 m².	17.319	14.900

6.2 A movimentação ocorrida na conta propriedades para investimento está descrita a seguir:

Saldo em 30 de julho de 2020	-
Aquisição de imóveis para renda (custas de registros e outros)	14.900
Saldo em 30 de junho de 2021	14.900
Gastos capitalizados ao valor contábil (benfeitorias, manutenção etc)	3.255
Ajustes ao valor justo das propriedades para investimento	(836)
Saldo em 30 de junho de 2022	17.319

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2022 e período de 10 de julho de 2020 (data de início de suas atividades) a 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando mencionado o contrário

6.3 Avaliação a valor justo

Empreendimento	30/06/2022			
	Método	Período de análise	Taxa de desconto	Taxa de capitalização
(1) Parauapebas	(a)	180 meses	10,00% a.a.	9,50% a.a

Em 30 de junho de 2022, a taxa de vacância correspondente ao portfólio do Fundo é de 0%.

Empreendimento	30/06/2021			
	Método	Período de análise	Taxa de desconto	Taxa de capitalização
(1) Parauapebas	(a)	180 meses	8,50% a.a.	8,00% a.a

Em 30 de junho de 2021, a taxa de vacância correspondente ao portfólio do Fundo é de 0%.

(a) Em 30 de junho de 2022 e 2021 o valor justo correspondente ao imóvel está suportado por laudo de avaliação elaborado pela empresa BINSWANGER Brasil, datado de maio de 2022 e janeiro de 2021, e formalmente aprovado pela Administração em julho de 2022 e agosto de 2021, respectivamente. O valor justo que foi estimado por meio de utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado, fluxo de caixa descontado do empreendimento (i), método comparativo direto de dados do mercado (ii) e nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras.

Para esta avaliação, entendemos que o melhor método que se aplica para obtenção do valor justo para venda é o Método da Capitalização de Renda através do Fluxo de Caixa Descontado, pois trata-se de um imóvel que gerará renda através da locação para empresa de grande porte. Este método alcança o valor presente líquido do imóvel tendo como base de receita a locação do empreendimento no período de 180 meses, bem como as despesas operacionais incorridas sobre ele, também em períodos de vacância, e sua venda no final deste período. Trata-se do método mais indicado para avaliação de imóveis de base imobiliária, ou seja, que geram renda para possíveis investidores.

A Binswanger Brasil é uma empresa de consultoria imobiliária fundada em 1931, nos Estados Unidos, com foco no segmento de Real Estate Corporativo. Com mais de 80 anos de atuação no mercado global, oferece uma gama completa de serviços para clientes corporativos e institucionais, mantendo escritórios no mundo inteiro. No Brasil, passou a atuar no mercado em 1997, instituindo sua sede no centro da cidade de São Paulo. Ao longo de seus 20 anos de atuação, a Binswanger Brasil consolidou sua reputação no ramo imobiliário ao elevar a prestação de serviços no mercado através de um amplo portfólio para investidores, proprietários, ocupantes e locatários.

7. Rendimentos de cotas de fundos imobiliários a receber

Compreendem os rendimentos a receber proveniente de cotas de fundos imobiliários

Saldo em 10 de julho de 2020	-
Recebimento de rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliário (FILs)	(2.246)
Rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliário (FILs)	2.246
Saldo em 30 de junho de 2021	-
Recebimento de rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliário (FILs)	(2.282)
Rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliário (FILs)	2.282
Saldo em 30 de junho de 2022	-

8. Taxa de administração e taxa de performance

	30/06/2022	30/06/2021
Taxa de administração	568	452
	568	452

O Fundo paga à Administradora uma taxa de administração equivalente ao montante calculado segundo os percentuais ao ano previstos na tabela abaixo, somado à remuneração descrita abaixo ("Taxa de Administração"), calculada mensalmente sobre ("Base de Cálculo da Taxa de Administração"): (a) o valor contábil do patrimônio líquido total do Fundo, ou (b) caso as Cotas do Fundo tenham integrado ou passado a integrar, no período, índices de mercado, cuja metodologia preveja critérios de inclusão que considerem a liquidez das Cotas e critérios de ponderação que considerem o volume financeiro das cotas emitidas pelo Fundo, como por exemplo, o IFIX, sobre o valor de mercado do Fundo, calculado com base na média diária da cotação de fechamento das Cotas de emissão do Fundo no mês anterior ao do pagamento da remuneração; observado o valor mínimo mensal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), atualizado anualmente segundo a variação do IGP-M, a partir da data de autorização para funcionamento do Fundo:

Patrimônio líquido/Valor de mercado - R\$ mil	Taxa a.a.
Até R\$ 200.000	1,000%
De R\$ 200.000 a R\$ 400.000	0,990%
De R\$ 400.000 a R\$ 800.000	0,975%
Acima de R\$ 800.000	0,950%

Para fins de clareza a Taxa de Administração é calculada mensalmente por período vencido, unicamente mediante a multiplicação do percentual previsto na tabela acima, à razão de 1/12 (um doze avos), pela Base de Cálculo da Taxa de Administração, devendo ser quitada até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao mês em que os serviços forem prestados. Caso o Fundo seja listado na B3 e suas cotas estejam registradas na Central Depositária, a BTG PSF, pela escrituração de cotas do Fundo, fará jus a uma remuneração equivalente a 0,05% (cinco centésimos de por cento), a incidir sobre a Base de Cálculo da Taxa de Administração, sujeita, contudo, a um mínimo de R\$5 (cinco mil reais) mensais, valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IGP-M. Excepcionalmente nos primeiros 3 (três) meses a partir da data de autorização para funcionamento do Fundo a Taxa de Administração será equivalente a multiplicação de 0,2% (dois décimos por cento) pela Base de Cálculo da Taxa de Administração, não sendo aplicável, nesse período, qualquer valor mínimo mensal.

Além da remuneração que lhe é devida a título de Taxa de Administração, a Gestora faz jus a uma taxa de performance ("Taxa de Performance") a partir do dia em que ocorrer a integralização de Cotas A da segunda emissão de cotas do Fundo, a qual será provisionada mensalmente e paga semestralmente, até o dia 15 (quinze) do 1º (primeiro) mês subsequente ao encerramento do semestre, diretamente pelo Fundo à Gestora conforme fórmula descrita no Regulamento do Fundo.

No exercício/período findos em 30 de junho de 2022 e 2021, não houve apropriação de Taxa de Performance.

9. Receita de aluguéis

	30/06/2022	30/06/2021
Receita de aluguéis	1.229	150
	1.229	150

Imóvel urbano, pelo qual o inquilino paga o valor contratual mensal. A receita de aluguéis do Fundo é reconhecida pela competência com base no prazo dos contratos e leva em consideração reajustes, além dos efeitos de descontos, abatimentos e carências concedidas.

Durante o período de desenvolvimento do empreendimento o Fundo alugou o imóvel para a RB Capital S.A. para que esta pudesse viabilizar o cumprimento de execução das obras. Em abril de 2022 com a finalização das obras, este contrato foi encerrado, e o contrato de built to suit de 15 anos com a Sotreq foi iniciado.

10. Obrigações por aquisição de imóveis

Em 11 de maio de 2021 Fundo celebrou a Escritura Pública de Cessão de Direitos Aquisitivos de Fiduciante tendo por objetivo a compra de um imóvel urbano localizado na Rodovia PA-275, Km 11, nº 3.010, Zona de Expansão Urbana, Parauapebas/PA, objeto da Matrícula nº 51.239 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Parauapebas/PA ("Imóvel"), pelo montante total de R\$ 14.582, sendo R\$ 11.668 pagos na mesma data pelo Fundo com recursos em caixa e R\$ 2.913 mediante nota promissória, novada nesta mesma data, cujo valor será pago em 36 meses.

O saldo contábil da obrigação está assim demonstrado:

	30/06/2022	30/06/2021
Obrigação por aquisição de imóveis (circulante)	-	647
Obrigação por aquisição de imóveis (não circulante)	2.913	2.266
	2.913	2.913

A movimentação ocorrida na conta obrigações por aquisição de imóveis está descrita a seguir:

Saldo em 10 de julho de 2020	-
Constituição de obrigação por aquisição de imóveis	2.913
Saldo em 30 de junho de 2021	2.913
Pagamento de despesas de juros por obrigações na aquisição de imóveis	-
Saldo em 30 de junho de 2022	2.913

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2022 e período de 10 de julho de 2020 (data de início de suas atividades) a 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando mencionado o contrário

11. Política de distribuição dos resultados

O Fundo deve distribuir a seus cotistas, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos lucros auferidos, apurados segundo o regime de caixa, com base em balanço semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Caso sejam auferidos lucros pelo Fundo, os lucros auferidos em um determinado período, poderão, a critério da Administradora, ser distribuídos aos Cotistas, mensalmente, no 6º (sexto) Dia Útil do mês subsequente ao do recebimento dos recursos pelo Fundo, a título de antecipação dos rendimentos do semestre a serem distribuídos. Eventual saldo de resultado não distribuído como antecipação será pago em até 06 (seis) Dias Úteis dos meses de março e setembro, podendo referido saldo ser utilizado pela Administradora para reinvestimento em Ativos Alvo, Outros Ativos, Ativos Financeiros ou composição ou recomposição da Reserva de Contingência, com base em recomendação apresentada pela Gestora, desde que respeitados os limites e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.O montante que (i) exceda a distribuição mínima de 95% (noventa e cinco por cento) dos lucros auferidos no semestre, nos termos da Lei nº 8.668/93; e (ii) não sejam destinados à Reserva de Contingência (conforme definido no Regulamento) poderá ser, a critério da Gestora e da Administradora, investido em Aplicações Financeiras (conforme definido no Regulamento) para posterior distribuição aos Cotistas, ou reinvestido na aquisição de Ativos Alvo, Outros Ativos e/ou Ativos Financeiros.

O saldo de rendimentos a distribuir foi calculado como segue:

	30/06/2022	30/06/2021
Rendimentos		
Lucro líquido do exercício/período	4.427	9.451
Despesas operacionais não pagas	7	36
Ajuste de distribuição com certificados de recebíveis imobiliários (CRTs)	(1.386)	(4.878)
Ajuste ao valor justo de certificados de recebíveis imobiliários (CRTs)	241	-
Ajuste ao valor justo de propriedades para investimento	836	-
Ajuste ao valor justo de cotas de fundo de investimento imobiliário (FIIs)	1.953	(1.982)
Lucro base caixa - art. 1, p.u., da lei 8.668/93 (ofício CVM 01/2014)	6.078	2.627
Rendimentos apropriados	6.078	2.627
Rendimentos (a distribuir)	(1.133)	(807)
Rendimentos de períodos anteriores pagos no exercício	807	-
Rendimentos líquidos pagos no exercício/período	5.752	1.820
Rendimentos médios pagos por cota (valores expressos em reais)	8,98	2,84
% do resultado período distribuído (considerando a base de cálculo apurada nos termos da lei 8.668/93)	100,00%	100,00%
Diferença entre a distribuição declarada e distribuída	-	-

12. Patrimônio líquido

12.1 Cotas integralizadas

Cotas de investimentos subscritas

Cotas de investimentos integralizadas

Valor por cota (valor expresso em reais)

12.2 Emissão de novas cotas

Caso entenda pertinente para fins do cumprimento dos objetivos e da política de investimento do Fundo, a Administradora, conforme recomendação da Gestora, poderá deliberar por realizar novas emissões de Cotas A do Fundo, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, assegurado aos cotistas titulares de Cotas A, o direito de preferência na subscrição de novas Cotas A na proporção de suas respectivas participações em data a ser fixada no ato da Administradora que aprovar a emissão de novas Cotas, nos termos da Instrução CVM 472, observados os procedimentos operacionais da B3 e o estipulado no inciso II do artigo 17 do Regulamento, e depois de obtida a autorização da CVM, conforme aplicável, desde que: (a) limitadas ao montante total máximo de R\$ 5.000.000 (cinco bilhões de reais) ("Capital Autorizado"); e (b) não prevejam a integralização das Cotas A da nova emissão em bens e direitos.

A primeira emissão da oferta pública de cotas no total de R\$ 44.588 com valor unitário de R\$ 100,00, totalizando 445.876 cotas foi totalmente subscrita e integralizada, sendo iniciada em 6 de julho de 2020 e encerrada em 27 de julho de 2020. Em decorrência desse processo o Fundo incorreu em gastos de colocação de R\$ 166, registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

Conforme previsto no Artigo 12 do Regulamento do Fundo, foi realizado na data de 15 de outubro de 2020, o resgate das Cotas da Classe B do Fundo, da qual os cotistas detentores de tais cotas receberam como pagamento cotas do Fundo Parque Anhanguera Fundo de Investimento Imobiliário - FII no montante de R\$ 15.997, totalizando 159.977 cotas.

A segunda emissão da oferta pública de cotas teve uma prmeira chamada de capital no total de R\$ 12.607 com valor unitário de R\$ 106,75, totalizando 118.100 cotas foi totalmente subscrita e integralizada, sendo iniciada em 15 de outubro de 2020 e encerrada em 16 de outubro de 2020. Em decorrência desse processo o Fundo incorreu em gastos de colocação de R\$ 749, registrado em conta redutora do patrimônio líquido, e a segunda chamada de capital no total de R\$ 24.770 com valor unitário de R\$ 104,87, totalizando 236.200 cotas foi totalmente subscrita e integralizada, sendo iniciada em 17 de fevereiro de 2021 e encerrada em 26 de fevereiro de 2021. Em decorrência desse processo o Fundo incorreu em gastos de colocação de R\$ 9, registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

12.3 Amortização de cotas

De acordo com o regulamento vigente, o Fundo poderá amortizar parcialmente as suas cotas quando ocorrer a venda de Ativos para redução do seu patrimônio ou sua liquidação. A amortização parcial das Cotas para redução do patrimônio do Fundo implicará na manutenção da quantidade de cotas existentes por ocasião da venda do ativo, com a consequente redução do seu valor na proporção da diminuição do patrimônio representado pelo ativo alienado.

No exercício findo em 30 de junho de 2022 o Fundo não amortizou cotas. (2021 - o Fundo amortizou 159.977 cotas no valor de R\$15.998).

12.4 Gastos com colocação de cotas

	30/06/2022	30/06/2021
Gastos com colocação de cotas	938	924
	938	924

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2022, o Fundo incorreu em gastos com colocação de cotas no montante de R\$ 14, registrados na conta redutora do patrimônio líquido. (2021 - R\$ 924)

12.5 Reserva de contingência

Para arcar com as despesas dos Ativos, sem prejuízo da possibilidade de utilização do caixa do Fundo, poderá ser constituída uma reserva de contingência ("Reserva de Contingência"). Os recursos da Reserva de Contingência serão aplicados em Ativos Financeiros, e os rendimentos decorrentes desta aplicação poderão capitalizar o valor da Reserva de Contingência. O valor da Reserva de Contingência corresponderá a até 5% (cinco por cento) do total dos ativos do Fundo. Para sua constituição ou reposição, caso sejam utilizados os recursos existentes na mencionada reserva, poderá ser procedida a retenção de até 5% (cinco por cento) do rendimento semestral apurado pelo critério de caixa, até que se atinja o limite acima previsto.

No exercício/período findo em 30 de junho de 2022 e 2021 o Fundo não constituiu reserva de contingência.

13. Retorno sobre patrimônio líquido

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do exercício/período	4.427	9.451
Patrimônio líquido inicial	67.767	-
Adições/deduções		
Cotas de investimentos integralizadas	-	81.965
Amortizações de cotas de investimentos integralizados	-	(15.998)
Gastos com colocação de cotas	(14)	(924)
	(14)	65.043
Retorno sobre patrimônio líquido do Fundo (*)	6,53%	14,53%

(*) Apurado considerando-se o lucro líquido (prejuízo) sobre o patrimônio líquido inicial do Fundo adicionado das cotas integralizadas, deduzido das amortizações e gastos com colocação de cotas, caso esses eventos tenham ocorrido.

14. Encargos debitados ao Fundo

	30/06/2022		30/06/2021	
	Valores	Percentual	Valores	Percentual
Taxa de administração - Fundo	568	0,84%	452	0,77%
Taxa de fiscalização CVM	14	0,02%	11	0,02%
Outras receitas (despesas) operacionais	129	0,19%	129	0,22%
	711	1,05%	592	1,01%
Patrimônio líquido médio do exercício/período	67.876		58.537	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2022 e período de 10 de julho de 2020 (data de início de suas atividades) a 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando mencionado o contrário

15. Tributação

De acordo com a legislação em vigor, a Instrução Normativa RFB 1.585 de 31 de agosto de 2015, em seu artigo 36: Os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento imobiliário, em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte de acordo com as mesmas normas previstas para as aplicações financeiras das pessoas jurídicas.

De acordo com o artigo 37 da referida Instrução Normativa, os ganhos de capital e rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de cotas dos fundos de investimento imobiliário por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à alíquota de 20% (vinte por cento).

Ficam isentos do imposto de renda na fonte e na declaração anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado, artigo 40 da IN 1.585.

16. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo cuja probabilidade de perda para o Fundo seja possível ou provável.

17. Serviços de custódia e tesouraria

O serviço de tesouraria e escrituração do Fundo são prestados pela própria Administradora e o serviço de custódia das cotas do Fundo é prestado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

18. Partes relacionadas

Durante o exercício, o Fundo realizou transações com partes relacionadas descritas nas Notas 5.1, 8, 9 e 16.

19. Demonstrativo ao valor justo

O Fundo aplica o CPC 40 e o artigo 7º da Instrução CVM nº 516/2011, para instrumentos financeiros e propriedades para investimento mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

. Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

. Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

. Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros e as propriedades para investimento incluem aquelas descritas no artigo 7º da Instrução CVM 516/11.

A tabela abaixo apresenta os ativos do Fundo mensurados pelo valor justo:

30/06/2022				
Ativos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Cotas de fundo de renda fixa	-	828	-	828
Cotas de fundos de investimento imobiliário	27.720	-	-	27.720
Certificados de recebíveis imobiliários	-	23.924	-	23.924
Propriedade para investimento	-	-	17.319	17.319
Total do ativo	27.720	24.752	17.319	69.791

30/06/2021				
Ativos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Cotas de fundo de renda fixa	-	1.501	-	1.501
Certificados de recebíveis imobiliários	-	24.244	-	24.244
Cotas de fundos de investimento imobiliário	30.572	-	-	30.572
Propriedade para investimento	-	-	14.900	14.900
Total do ativo	30.572	25.745	14.900	71.217

As demonstrações das mudanças das Cotas de Fundo de Renda Fixa, Cotas de fundos de investimento imobiliário e no valor justo dos Certificados de recebíveis imobiliários e Propriedade para investimento estão demonstradas nas notas 5.1 (Aplicações financeiras de caráter não imobiliário), 5.2 (aplicações financeiras de caráter imobiliário) e 6. Propriedades para investimento.

20. Outras informações

20.1 Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que o Fundo, no exercício findo em 30 de junho de 2022, contratou a Ernst & Young Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo.

20.2 A política de divulgação de informações relativas ao Fundo inclui, entre outros, a divulgação mensal do valor patrimonial da cota, a rentabilidade do período e do patrimônio do Fundo e a disponibilização aos cotistas de informações periódicas, mensais, trimestrais e anuais na sede da Administradora. Adicionalmente, a Administradora mantém serviço de atendimento aos cotistas em suas dependências e efetua a divulgação destas informações em seu site.

20.3 No exercício findo em 30 de junho de 2022, não houve alterações no regulamento do Fundo.

20.4 No dia 4 de março de 2021 o Fundo concluiu a aquisição de 86,7% do CRI com lastro no contrato atípico (*Built-to-Suit*) em Bonito - PE, locado para Yazaki, empresa líder mundial em fornecimento de peças automotivas. Além disso, foi acordado a opção de compra do imóvel, que pode ser exercida a critério do Fundo em até quatro anos o qual está registrado na rubrica de Adiantamento para aquisição de imóveis o montante de R\$327.

20.5 Através de Assembleia Geral Extraordinária do Fundo, instalada e suspensa em 14 de janeiro de 2021, reinstalada e concluída em 15 de janeiro de 2021 foram aprovadas as seguintes deliberações:

(i) a aquisição direta ou indireta dos imóveis objeto da matrícula nºs 3.720, 6.461 e 6.463 do Cartório de Registro de Imóveis de Bonito, Estado de Pernambuco ("Ativo Yazaki"), no qual está sendo desenvolvido um empreendimento imobiliário pelo RB Capital Patrimonial VI Fundo de Investimento Imobiliário, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 27.580.051/0001-96, a qual é classificado como Pessoas Ligadas ao Gestor, nos termos definidos em regulamento, seja por meio da celebração de compromisso de compra e venda, de contrato com opção de compra, de subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos oriundos do Ativo Yazaki ou por meio de aquisição via investimento em certificado de recebíveis imobiliários com opção de recebimento do Ativo Yazaki em dação em pagamento, sendo que o Ativo Yazaki está locado por meio de contrato na modalidade Builtto-Suit, com prazo de de 12 (doze) anos;

(ii) a aquisição direta ou indireta do imóvel objeto da matrícula nº 51.239 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Parauapebas, Estado do Pará ("Ativo Sotreq"), no qual está sendo desenvolvido um empreendimento imobiliário pela Prime Realty II Empreendimentos Imobiliários S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.745.847/0001-47, a qual é classificada como Pessoas Ligadas ao Gestor, seja por meio da celebração de compromisso de compra e venda, de contrato com opção de compra, de subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos oriundos do Ativo Sotreq ou por meio de aquisição via investimento em certificado de recebíveis imobiliários com opção de recebimento do Ativo Sotreq em dação em pagamento, sendo que o Ativo Sotreq está locado por meio de contrato na modalidade Builtto-Suit, com prazo de 15 (quinze) anos; e

(iii) a autorização da Administradora para praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas, incluindo a assinatura de todos os documentos públicos ou privados para tanto.

21. Eventos subsequentes

Em 12 de julho de 2022 o Fundo emitiu Fato Relevante informando aos cotistas e ao mercado em geral, que nesta data, foi celebrado o Termo de Entrega e Aceitação do Imóvel pela Sotreq S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 34.151.100/0002-11, na qualidade de locatária do imóvel localizado na Rodovia PA-275, Km 11, nº 3010, Zona de Expansão Urbana, Parauapebas/PA ("Imóvel"), sendo que no referido termo foi estabelecido o dia 1º de abril de 2022 como data de início do prazo da locação ("Data de Início da Locação"), devendo a Sotreq S.A pagar ao Fundo em julho os aluguéis devidos desde a Data de Início da Locação, referentes às competências dos meses de abril, maio e junho de 2022; diante do aceite do Imóvel pela Sotreq S.A. e do estabelecimento da Data de Início da Locação, será formalizado o distrato do contrato de locação de imóvel não residencial especial firmado em 10 de maio de 2021, entre o Fundo e a RB Capital S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 20.592.525/0001-32, e; em razão do início do prazo de locação do contrato de built to suit ("BTS") com a Sotreq S.A., o recebimento da parcela dos créditos de aluguel não securitizados resultará num incremento mensal, a partir de julho de 2022, equivalente a aproximadamente R\$ 0,05 (cinco centavos) por cota.

Mayara Lopes
 Contadora
 CRC: SP- 292201/O-0

Allan Haddid
 Diretor
 CPF: 071.913.047-66